

**MATERNIDADE E MEMÓRIA: HISTÓRIAS DE VIDA DE MÃES DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

**Marcela Boni Evangelista**

**Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEHO-USP)**

**marcela.boni@gmail.com**

Esta comunicação é resultado parcial da pesquisa de mestrado “Maternidade e violência: história oral de vida de crianças e adolescentes em conflito com a lei”, desenvolvida no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

O estudo tem como base teórico-metodológica a história oral praticada pelo Núcleo de Estudos em História Oral da USP (NEHO-USP), definida como

“Um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.”(MEIHY&HOLANDA, 2007, p.15)

Neste sentido, o processo de trabalho tem como ponto de partida a confecção de um projeto, o qual deve nortear as propostas do trabalho. Isto não significa, contudo, que não há flexibilidade na condução da pesquisa. Ao contrário, esta constantemente está sujeita a adaptações, sobretudo resultantes do trabalho de campo.

O trabalho de campo propriamente dito consiste na realização de entrevistas. No caso da pesquisa em questão, trata-se de entrevistas de história oral de vida.<sup>1</sup>A opção pela história de vida está intimamente relacionada ao tema que perpassa o trabalho, sendo este influenciado pela construção narrativa subjetiva. A idéia de trabalhar com mulheres mães de crianças e adolescentes em conflito com a lei traz consigo um tipo de experiência pautada pelo trauma.

---

<sup>1</sup> A história oral aqui abordada oferece três possibilidades: história oral temática, história oral de vida e tradição oral. Cada uma aciona uma forma específica de realizar entrevistas, o que deve estar previsto no projeto de pesquisa.

Embora seja esta a experiência compartilhada pelas integrantes do grupo, a pesquisa tem por objetivo não se limitar a este ponto. A idéia é valorizar a experiência do grupo em sua totalidade, por isso história de vida. A maternidade, um dos eixos da pesquisa, aponta para uma questão que diz respeito ao universo feminino e, neste sentido, insere o trabalho nas discussões sobre gênero em sua perspectiva relacional.

Vale ressaltar que a trajetória vivida por essas mulheres é formada por muitos episódios marcantes que não somente o fato de terem convivido com a conflitualidade dos filhos. Por conta disso, a pesquisa ganhou amplitude no seu desenrolar, na medida em que outros elementos que dizem respeito à história destas mulheres vieram à tona a partir das entrevistas. Este é o caso de temas como violência doméstica e sexual, além da psicológica já pressuposta desde o preparo do projeto inicial. Este aspecto confirma o caráter flexível do projeto que, no entanto, não deixa de privilegiar a análise dos temas elencados como centrais.

Dando continuidade ao trabalho, após a realização das entrevistas são realizadas três etapas de tratamento textual. A primeira é a transcrição literal da entrevista, incluindo os sons, ruídos, interrupções, risadas, choros. Em seguida, o texto passa pelo processo de textualização, o qual suprime as perguntas e formata o texto em primeira pessoa. A última e mais importante etapa deste processo é a transcrição. Esta consiste na produção de um texto cuja preocupação central é registrar a entrevista em sua completude, inclusive o que não fica explícito na simples transcrição. Isto inclui as sensações, os olhares, os gestos que foram compartilhados no encontro de sentidos que é a “entre-vista”. Esta forma de construir o texto é alvo de críticas que relativizam a veracidade da narrativa, uma vez que esta não é a reprodução fiel do que foi dito.

Porém, é possível pensar que tal fidelidade na transcrição literal pode muitas vezes afastar o significado que se quer passar a partir daquelas palavras. É somente por isso que insistimos na relevância da construção de um texto que, de fato, foge do que foi literalmente dito, mas se aproxima intensamente do que se quis dizer. “O texto final...jamais poderia ter sido pronunciado daquela maneira final pelo nosso interlocutor; no entanto, cada palavra, cada frase, cada estrutura lhe pertence (ele não disse mas somente ele poderia ter dito)” (CALDAS, 1999, p.75-76)

Diante disso, é importante destacar, mesmo que pareça óbvio, que todo e qualquer documento deve ser lido à luz da crítica que busca compreender tanto seu contexto de produção quanto de análise. A história oral, por sua vez, assume o trabalho

com a subjetividade. Esta postura, longe de ser descomprometida com o rigor acadêmico, busca a partir da prática, construir uma base teórica sólida, como atesta a produção de manuais de história oral por diferentes grupos preocupados em estabelecer regras gerais e orientar os trabalhos na área. (MEIHY, 2005; ALBERTI, 2007)<sup>2</sup>

Feitos os procedimentos relativos à composição textual, é necessário realizar a análise destes documentos. Tal análise pode ser de diferentes formas, sendo que a escolhida para a presente pesquisa consiste em elencar os temas que podem ser desentranhados das narrativas para realizar sua análise a partir da metodologia proposta pela história oral. Desta forma, busca-se contribuir com a discussão acadêmica acerca dos assuntos selecionados.

Além dos procedimentos aqui descritos brevemente, existem elementos outros que constituem os aspectos éticos desta forma de saber. Tais preocupações se estendem desde a escolha dos termos adotados para designar conceitos e integrantes do processo. A ideia de colaboração é o ponto de partida. Esta assume a existência de um colaborador como interlocutor. Isto significa que a pessoa que concede a entrevista, na medida em que é assim referida, deixa de ser simples informante ou depoente. O conceito de colaboração vai além e prevê a construção de uma narrativa em processo de colaboração. Desta forma, o colaborador tem a possibilidade de intervir no texto final, retirando ou acrescentado aquilo que considera necessário. Sendo assim:

“A mudança do significado dos papéis, de quem é quem, não está apenas ligada à superação das formas tradicionais de se fazer entrevistas. A dependência do colaborador passa a ser muito maior do que era antes. Não apenas este tem que dar a autorização para a publicação de parte ou do todo da entrevista, mas ele pode e deve também participar das etapas de transcrição e revisão do texto que lhe compete.” (MEIHY&HOLANDA, 2007, p.60)

Existem casos, entretanto, em que o colaborador sugere a retirada de algum elemento crucial para a narrativa. Isto demanda do oralista<sup>3</sup> uma postura mediadora e de permanente negociação. Quando o texto final, transcrito, é submetido ao colaborador para a autorização, ocorre paralelamente a validação.

---

<sup>2</sup> As informações citadas correspondem às últimas edições.

<sup>3</sup> Oralista aqui será o termo utilizado para fazer referência ao pesquisador que pratica a história oral em questão.

Mais que uma autorização, cujo objetivo é normatizar o documento, a validação consiste em reconhecer no texto apresentado, sua história reproduzida. É a validação que confere legitimidade ao documento de história oral, enquanto uma narrativa construída em colaboração.

Existe ainda o comprometimento com uma história pública. A escolha dos temas trabalhados pela história oral em geral giram em torno de questões de alcance social. As chamadas “minorias” (mulheres, homossexuais, índios, moradores de rua, analfabetos etc) são frequentemente contempladas em pesquisas deste teor.

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade.” (POLLACK, 1989, p.4)

Não é por acaso que a “redescoberta” da história oral no Brasil acontece em período de redemocratização. Em períodos marcados pelo autoritarismo, muitos assuntos se tornam proibidos, ao passo que a adesão ao regime é tornada obrigatória. Críticas de quaisquer tipos são vistas como subversivas e aqueles que se propõem a fazê-las correm até mesmo risco de vida. Não somente os que se envolvem com questões políticas são calados, mas também aqueles que buscam melhores condições sociais são impedidos de se manifestarem. Não há possibilidade de haver desenvolvimento da história oral em ambientes com tais características.

Ao fim do regime ditatorial, foram retomados estudos já iniciados e que tinham como base o trabalho com relatos orais. Muitas investidas apontaram para presos políticos e seus familiares. Entretanto, as questões sociais passaram a ganhar cada vez mais espaço, impulsionadas por movimentos de ordem internacional, como é o caso das discussões sobre direitos humanos. A constituição de 1988, por sua vez, simboliza este novo momento ao propor a garantia dos direitos de forma legalizada para amplos estratos sociais até então ausentes deste processo.

Neste sentido, os trabalhos de história oral vêm se desenvolvendo ancorados em pressupostos de comprometimento social, independentemente da metodologia adotada. A pesquisa “Maternidade e violência: história oral de vida de mães de crianças e

adolescentes em conflito com a lei” se insere neste contexto. Existe uma preocupação subjacente que remete à questões de gênero, por um lado, e de exclusão social, por outro. Daí a afirmação de ser este um trabalho de cunho socialmente relevante.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessária formação teórica capaz de dar suporte às ações mencionadas. Desta forma, estudos relativos a memória e identidade, alicerces da história oral, foram fundamentais.

O trabalho com relatos orais, sobretudo os com histórias de vida, demanda reflexões acerca da construção das narrativas produzidas a partir das entrevistas. Deve-se levar em conta uma série de fatores tais como as peculiaridades de cada participante, como situação social, crença religiosa, gênero, etnia, faixa etária etc. A situação em que se dá a entrevista e suas motivações também são elementos que interferem no que é dito. A memória é acionada e isto acontece em circunstâncias específicas, as quais não podem ser minimizadas.

A memória individual é cercada pela memória histórica e coletiva. Ao lembrar episódios de sua trajetória pessoal, o indivíduo traz consigo lembranças de outras pessoas que em diferentes momentos compartilharam experiências. Maurice Halbwachs levanta estas questões ao teorizar sobre a existência de uma memória coletiva, que congrega diferentes pessoas unidas pela convergência de suas experiências, o que se traduz nas lembranças que são selecionadas pela memória.

É importante ressaltar os diferentes níveis de percepção dos acontecimentos ao longo do tempo. Certamente o que sentimos a respeito de um fato tem diferença com relação ao momento em que este aconteceu e o momento em que é lembrado. Neste sentido é que se faz necessário considerar os contextos individuais e sociais que caracterizam cada um, pois

“Desde o momento inicial da percepção de algo, desencadeia-se uma construção em que as memórias que trazemos – que são, de maneira indissociável, individuais e coletivas – atuam reelaborando e ressignificando aquilo que se apresenta aos sentidos.” (MONTENEGRO, 2010, p.39)

Com isso, é possível pensar na memória a partir de diversos aspectos, entre os quais estão os padrões estabelecidos e aceitos socialmente. Faz parte do que consideramos memória coletiva, os mitos que constituem a mentalidade de uma época e

local. Assim como fatos históricos que se desenrolaram independentes da influência direta da maioria da população podem fazer parte dessa memória coletiva.

A história oral, ao acionar as recordações dos entrevistados, trabalha diretamente com o conceito de memória e desvela outros elementos, como é o caso da identidade. A constatação de uma memória coletiva que perpassa as experiências de diversas pessoas de um mesmo grupo é ingrediente crucial para a construção identitária deste mesmo grupo.

Na pesquisa que desenvolvo, um dos pontos de destaque é a maneira como a experiência compartilhada, que neste caso é uma vivência específica da maternidade ou maternagem, foi fundamental para a criação de um grupo cujos membros se identificam e nesta identidade encontram combustível para a luta.

O primeiro grupo colaborador da pesquisa foi a AMAR (Associação de mães e amigos da criança e adolescente em risco). As mães que se uniram para dar forma a esta associação o fizeram em função daquela experiência e não por outro motivo. O fato de terem seus filhos em conflito com a lei e, em muitos casos, cumprindo medida sócio-educativa de privação de liberdade em unidades prisionais foi o motivo por excelência que transformou os papéis desempenhados por estas mulheres. Eram e continuam sendo mulheres e mães, porém agora são também cidadãs. O exercício da cidadania foi desencadeado não sem esforço, uma vez que em geral estas mulheres não possuíam conhecimentos prévios acerca dos direitos de seus filhos e nem mesmo os seus próprios. Conceição Paganelle, presidente da AMAR descreve como se sentiu ao se deparar com a fila da visita da unidade da então FEBEM, onde seu filho se encontrava:

“Era uma seleção de pessoas extremamente carentes e pobres. Carência total! Carência de saber se comunicar, de exigir seus direitos, porque não conheciam, não sabiam exigir nada. Foi então que descobri o Estatuto da Criança e do Adolescente e ganhei um de uma conselheira chamada Conceição. Então, começo também a devorar esse estatuto, a querer entender tudo isso.”

A luta pelos direitos dos filhos, em muitas ocasiões violados, fez com estas mulheres se desvencilhassem do espaço estritamente doméstico e passassem, cada uma a sua maneira, a contribuir para uma luta de âmbito coletivo. Neste sentido é possível afirmar que há uma ressignificação do papel de mãe, que passa a ser social, e, conseqüentemente, de mulher, pois em muitos casos a participação no movimento social

ultrapassa a situação do filho. Este pode não mais estar em privação de liberdade e a mãe continua atuando no movimento social. Dona Conceição mais uma vez oferece experiência exemplar nesse sentido:

“Comecei a ler tudo que falava de droga e medida sócio-educativa. Sempre estava atenta a tudo que se falava disso na televisão e no rádio. Lia tudo o que saía em revista, comecei a ler muito livros e a participar de tudo quanto era seminário com esse tema. Nesse momento, eu saí daquela vida de dona de casa e vou para um outro núcleo, um outro meio onde se discute as medidas sócio-educativas, o problema do tráfico e uso de drogas, e onde se pensa em política, o que está faltando...”

Além disso, foi possível perceber através das entrevistas que os momentos em que as mães se vêm em ação são lembrados com orgulho e força. Inclusive quando a participação não teve longa duração. Este foi o caso de Solange de Moura, uma das colaboradoras do projeto, que durante o período em que lutava para levar a âmbito judicial a morte de seu filho, interno de uma das unidades da Fundação Casa, participou ativamente das atividades da associação. A experiência do trauma, no entanto, foi mais forte. Depois de algum tempo, Solange se voltou para um universo particular e de sofrimento, não tendo mais possibilidade de participar do movimento como um todo.

O trauma da perda do filho, morto, preso ou afastado do ambiente familiar, pode atuar de maneiras diversas. Uma delas é explicitada no exemplo de Solange, cujas forças minguaram com a ausência do filho. Miriam Duarte, também colaboradora da pesquisa, desenhou um caminho diferente. Mesmo tendo dois filhos assassinados, continuou trabalhando com adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas. O trecho abaixo narra o início de seu envolvimento com o movimento de mães:

“Meu envolvimento com a AMAR começou por causa do meu filho. Eu me interessei porque fui aprendendo muita coisa mesmo, comecei a ir para Fórum, para formação, a gente ia em tudo. Nem conhecia o ECA e lá comecei a conhecer. Na AMAR fiquei de 99 até 2004, atuando mesmo. Participei da organização no início, bem no comecinho. Acho que contando com a Dna Conceição tinha mais de vinte mães.”

A participação em movimentos sociais conferiu às narrativas construídas por estas mulheres maior teor de conscientização sobre direitos e sua importância social e

política. A despeito do trauma subjacente à experiência compartilhada, houve a ressignificação de seu papel na sociedade.

A pesquisa, contudo, foi além do grupo formado pelas mães da AMAR. Os objetivos traçados no projeto pretendiam verificar os possíveis comportamentos e as diferentes histórias de vida de mulheres que tivessem vivenciado o fato de serem mães de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Por conta disso, busquei colaboradoras que não tivessem participado da AMAR ou outra associação. Aparecida de Moraes, ao contar sua história, apresentou uma visão diferente a respeito da Fundação Casa:

“Mas, mesmo lá dentro ele conseguia vender droga. Não sei como! Achava que por estar lá ele ia melhorar, mas não, mesmo assim ele conseguia vender droga e fumar lá dentro. Mas, em nenhum momento ele sofreu algum tipo de violência lá.”

Diferente das outras mães com quem tinha conversado até então, Aparecida não tinha a mesma revolta frente à instituição FEBEM. Ao contrário, seu filho lá não sofrera, mas era líder. As demais colaboradoras todas tinham episódios dramáticos para contar, mesmo que não fossem diretamente com os filhos delas.

Esta breve comparação permite sugerir que a participação em movimentos sociais tem como consequência um tipo de narrativa marcada pelo engajamento. Mais que isso, depende fortemente do momento vivido pelo narrador. Isto remete às características reconhecidas como constitutivas da memória. Seu aspecto fluido e permanentemente em construção é associado às condições vividas enquanto buscam-se as lembranças.

Os exemplos selecionados a partir da pesquisa contribuem para a reflexão, portanto, dos pontos centrais dos trabalhos de história oral: memória e identidade. Na medida em que a memória coletiva é observada na reunião das narrativas é possível constatar os elementos que convergem para a identificação entre as pessoas que formam o grupo. Ainda que no mesmo grupo encontremos diferenças substanciais, como demonstrado anteriormente, em todos os casos o sentimento amoroso da mãe pelo filho perpassa as experiências narradas.

Isto indica que na construção da memória da relação maternal, estas mulheres se baseiam na existência de um amor incondicional da mãe pelo filho, mesmo que diante

das adversidades. Um olhar crítico sobre esta característica remonta aos mitos criados e absorvidos socialmente, como é o caso do “mito do amor materno”.

Elizabeth Badinter, filósofa francesa que se debruçou sobre o tema, apresenta em seu livro uma projeção histórica da construção deste mito na sociedade ocidental. Longe de pressupor a inexistência do amor materno, a autora problematiza a questão e traz à tona amplas possibilidades de comportamento diante da maternidade, incluindo aí sua recusa.

O que o material coletado na pesquisa possibilita sugerir é que, apesar das transformações desencadeadas pelo movimento feminista, a maternidade permanece sendo um território quase sagrado para a sociedade. Tanto é que em nenhuma narrativa há menção de posturas por parte das mães que se voltem contra seus filhos, mesmo quando estes se envolvem com atos infracionais.

Com isso não pretendo afirmar que não haja posturas contraditórias a esta, mas que é grande a dificuldade em encontrar disposição para falar delas publicamente. Diversos são os casos veiculados pela mídia que publicam casos de violência extrema de mães com relação a seus filhos. Entretanto, não há preocupações nítidas em tratar tais ocorrências de maneira profunda, sendo estas limitadas a serem taxadas como aberrações simplesmente.

Embora verifiquemos a manutenção de um mito social, o que não se pode negar é a releitura feita por algumas mulheres de seu papel social. Tal revisão tem como ponto de partida a experiência da maternidade na adversidade. A história oral, por sua vez, contribui para tornar pública não somente a luta perpetrada por estas mulheres e buscar contribuir para sua visibilidade, mas incrementar as discussões teóricas acerca dos temas desentranhados a partir da pesquisa em todas as suas etapas.

### **Bibliografia**

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado. O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CALDAS, Alberto Lins. *Transcrição em História Oral*. In: NEHO-História, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História Oral. Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

POLLACK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.